

## DOSSIÊ: POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

É com satisfação que trazemos a público mais um número da *Revista Teoria e Prática da Educação* (RTPE), que, assim, guarda adequada periodicidade e cumpre a importante função de socialização de pesquisas realizadas no campo educacional, por autores de diferentes instituições brasileiras e uma estrangeira.

Este número trata-se de um dossiê destinado a temas concernentes às políticas públicas para a educação. Os artigos que o compõem, abordados sob diferentes aspectos e a partir de referenciais teóricos distintos, destinam-se a contribuir para a compreensão e reflexão sobre as políticas educacionais no atual contexto mundial marcado, sobretudo, pela crise econômica, pela reestruturação produtiva, pela redefinição do papel do Estado e por novas formas de *governança global*.

No Artigo que abre o número *Situando os professores nas agendas globais da governança*, Susan L. Robertson procura debater a respeito da profissão docente e a governança global de modo a localizar e a tornar visível as maneiras pelas quais as organizações internacionais e multilaterais controlam o conceito, a finalidade e as condições dos trabalhos dos professores nos contextos nacionais. Para isso, Susan Robertson, considerando as recentes tendências para uma convergência de agendas entre as organizações, observa importantes diferenças na forma, na finalidade, no conteúdo e nos resultados dos relatórios e recomendações para a governança do trabalho dos professores.

O artigo de Paolo Nosella e Mário Luiz Neves de Azevedo trata a respeito da *Educação em Gramsci*, discutindo caros conceitos do pensamento do filósofo italiano tais como “Estado” e “escola unitária ‘desinteressada’ do trabalho para todos”.

O artigo de Débora Villetti Zuck e Francis Mary Guimarães Nogueira, intitulado *Estado, políticas sociais e educação na Venezuela bolivariana: notas para um debate da política educacional venezuelana*, à luz de considerações sobre a influência do neoliberalismo na educação da Venezuela, tem como objetivo compreender os contornos da política educacional venezuelana nas décadas de 1980 e 1990, bem como a emergência de um novo projeto educativo no contexto

societário dos governos Chávez. Ao abordar a relação entre Estado, políticas sociais e educação na Venezuela bolivariana, as autoras sinalizam que, no contexto atual, a política educacional aponta para o resgate da educação como um bem público e para a busca por uma política igualitária.

A educação enquanto direito social constitui o tema do artigo de Esméria de Lourdes Saveli e Maria Odete Vieira Tenreiro. Abordando os aspectos históricos e constitucionais do direito à educação no Brasil, elas identificam alguns avanços e recuos nas várias constituições brasileiras e nas leis educacionais delas derivadas. Destacam que a Constituição Federal atual é marcada por muitos avanços, se comparada às cartas que a antecedem.

Leticia Lorenzoni Lasta e Betina Hillesheim, em *Educação para todos e educação inclusiva: alguns apontamentos*, examinam as políticas públicas de inclusão de sujeitos com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino. Recorrendo a documentos nacionais e internacionais, as autoras problematizam a noção de educação para todos e de educação inclusiva, apontando-as como metanarrativas que foram sendo (re) produzidas na modernidade e que tomam *status* de verdade com as políticas públicas de inclusão. Considerando esses aspectos, discutem os efeitos de verdade que essas políticas produzem a respeito da inclusão escolar, enfatizando que as novas posições de sujeito referidas aos incluídos nada mais são do que a expressão de sistemas de idéias que permitiram pensar o que é ser “especial”, “anormal” dentro de novos esquemas de racionalidade e que introduziram, ao mesmo tempo, novos aparatos para seu controle e regulação. As autoras sugerem que se rompa com as maneiras de pensar e agir em relação à educação inclusiva.

Em *Políticas e perspectivas do trabalho docente na educação básica: agenda atual*, Rosimar Serena Siqueira Esquinsani e Valdocir Antonio Esquinsani, considerando as políticas educacionais e seus efeitos na definição da agenda educacional contemporânea, analisam as perspectivas do trabalho docente na escola pública de educação básica. Ao apontar para os pontos centrais que interferem no desenvolvimento e nas condições de trabalho docente, os autores destacam que houve avanços na legislação atual, especialmente quanto ao fato de que se procurou delimitar o trabalho docente e dotá-lo de contornos mais profissionais. Isso por um lado; por outro, afirmam que há um processo de devalorização, desqualificação e precarização, que estimula a discussão acadêmica sobre a materialidade da atividade laboral docente.

Articulando-se ao debate contemporâneo sobre diversidade e educação, Elma Júlia Gonçalves de Carvalho discute a política voltada à diversidade cultural como algo que ultrapassa o campo da gestão da educação e, abrangendo governos e empresas, corresponde a uma resposta às

novas exigências do capital. Em sua análise, a autora aponta aspectos que ainda não foram abordados nas discussões e levanta novos pontos para reflexão.

Adrian Alvarez Estrada, Edaguimar Orquizas Viriato e Elizangela Silva, no artigo *Organização burocrática e gestão escolar: a perspectiva dos diretores escolares da rede municipal de ensino de Cascavel*, ao tomar como referência as principais matrizes teóricas da organização burocrática, apresentam resultados da pesquisa realizada junto a diretores de escolas da rede municipal de Cascavel, revelando o grau de burocratização das unidades escolares, a concepção de gestão dos diretores e a forma como atuam no cotidiano escolar.

Em a *Participação e democracia na gestão da escola pública: mito ou realidade?*, Maria Cecília Luiz, Flávio Caetano da Silva e Ronaldo Martins Gomes, fundamentadas nas concepções teóricas de Jürgen Habermas e de Jon Elster sobre democracia deliberativa, apresentam uma discussão sobre a autonomia e a participação no âmbito das escolas públicas. Ao chamar atenção para a importância da participação popular na elaboração e na execução de políticas públicas brasileiras, os autores destacam a necessidade de se refletir sobre políticas públicas educacionais sob o ponto de vista democrático, bem como sobre suas implicações no atendimento mais amplo das demandas sociais para a educação e na concretização dos direitos humanos.

Osney Marcos Cardoso e Neusa Maria Dal Ri, no artigo *Gestão democrática na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)*, contribuindo igualmente para o debate sobre a gestão democrática, analisam o processo de construção da gestão democrática nessa instituição. Demonstram que as eleições para a escolha dos diretores de Campi, recentemente introduzidas, e a estruturação e funcionamento dos conselhos colegiados, com poderes deliberativos, contribuem para uma relativa democratização da forma de gestão da UTFPR. Porém, consideram que o processo de democratização ainda é recente e apresenta limites e contradições.

A formação inicial de professores da educação básica consitui o tema do artigo de Ivanise Monfredini, intitulado *O deserto da formação nas licenciaturas: consequências das determinações rentistas sobre a gestão dos cursos*. Nele, a autora expõe resultados de uma pesquisa realizada junto a cursos de licenciatura oferecidos por instituições de ensino superior públicas e privadas no estado de São Paulo e recorre à metáfora do deserto para chamar a atenção para o fato de que o ensino superior, ao ser gerido por determinações rentistas, contribui para uma formação restrita e distante de ações voltadas para a emancipação dos estudantes.

Concluindo o conjunto de artigos, em *Another Brick in the Wall: o apostilamento no ensino público como reedição do tecnicismo pedagógico*, Bruna Carvalho e Áurea de Carvalho Costa

analisam a política do ensino apostilado na atualidade, considerando-a como uma reedição do tecnicismo pedagógico. Identificando as influências dos aspectos econômicos e políticos na formulação da política educacional, as autoras afirmam que, na educação atual, são reintroduzidos princípios como eficiência, eficácia, abrangência, economia, racionalidade e supervalorização dos aspectos técnicos que marcaram a política educacional a partir dos anos de 1960. Entre outras revelações do estudo, as autoras apontam que, na sociedade capitalista, a política do ensino apostilado consiste em um recurso para uma formação humana que destitui a classe trabalhadora do acesso a um ensino de qualidade, tal como a expropria da qualidade de vida.

Faz parte ainda desse número da Revista a resenha feita por Paula Roberta Miranda do livro *Políticas Públicas para a Educação Infantil no Brasil (1990- 2001)*, escrito por Jani Alves da Silva Moreira e Angela Mara de Barros Lara e publicado pela Editora da Universidade Estadual de Maringá (2012).

Para finalizar, manifestamos nossos agradecimentos aos autores, pareceristas *ad hoc* e outros colaboradores nessa edição bem como à Fundação Araucária que proporcionou recursos financeiros para sua publicação.

Desejamos a todos uma boa e proveitosa leitura dos artigos aqui publicados.

Elma Júlia Gonçalves de Carvalho  
Mário Luiz Neves de Azevedo  
Organizadores